2.2. O valor unitário da Visita Monitorada na língua inglesa é de R\$ 40,00.

2.3. Para cada grupo de 20 pessoas será permitida a entrada gratuita de 01 professor ou acompanhante. No caso de grupos de Educação Infantil será permitida a entrada de 01 professor ou acompanhante para cada grupo de 10 crianças.

2.4. O número mínimo de participantes necessário para o agendamento e pagamento da Visita Monitorada é de 20 pessoas.

3 – Do Agendamento

3.1. – O agendamento da Visita Monitorada deve ser realizado pelas próprias Escolas ou Instituições interessadas, junto a Divisão de Educação e Difusão.

3.1.1. - O interessado deve consultar por telefone a disponibilidade de datas e fazer uma reserva, via e-mail, pelo menos 15 dias úteis antes da visita, com as seguintes informações:

- a - data escolhida;
- b - número de visitantes;
- c - tipo de grupo;
- d - meio de transporte a ser utilizado;
- e - nome da Escola ou Instituição;
- f - modalidade escolhida.

3.1.2. – A reserva será confirmada após a realização do pagamento dos ingressos, que deverá ser feito através de depósito bancário, com pelo menos 10 dias úteis de antecedência da data da visita.

Notas

1 - Para fazer o agendamento, entrar em contato com a Divisão de Educação e Difusão:

- Tel.: 0xx11 5073-0811 ramais 2119 e 2049

- e-mail: visitas.monitoradas@zoologico.sp.gov.br

2 - Para pagamento dos ingressos através de depósito em conta corrente:

- Fundação Parque Zoológico de São Paulo.

Banco do Brasil S/A - Agência 5958-7 - C/C 130326-0.

3 - Para a confirmação do agendamento o comprovante do pagamento deverá ser enviado como anexo para o e-mail visitas.monitoradas@zoologico.sp.gov.br

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Resolução PGE-19, de 15-10-2015

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de contribuir com a elaboração de ato normativo destinado a regulamentar a concessão de aposentadoria especial fundada no artigo 40, § 4º, III, da Constituição Federal pelo Regime Próprio de Previdência Social Paulista

O Procurador Geral do Estado,

Considerando a edição, pelo Supremo Tribunal Federal, da Súmula Vinculante 33, segundo a qual “aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica”;

Considerando a necessidade de regulamentação do tema no âmbito estadual, para evitar o acúmulo de demandas judiciais;

Considerando a preocupação da São Paulo Previdência e da Unidade Central de Recursos Humanos em elaborar uma instrução conjunta regulamentando a matéria;

Considerando a necessidade de atuação coordenada entre as diversas áreas da Procuradoria Geral do Estado para enfrentar a questão;

Considerando, ainda, a complexidade do tema, bem como o relevante interesse público envolvido, resolve: Artigo 1º - Fica instituído o Grupo de Trabalho com a finalidade de propor minuta de instrução normativa conjunta da São Paulo Previdência e da Unidade Central de Recursos Humanos, destinada a regulamentar a aplicação, aos servidores públicos estaduais, das regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, enquanto não sobrevier edição de lei complementar específica.

Artigo 2º - O Grupo de Trabalho será composto pelos Procuradores dos seguintes setores da Procuradoria Geral do Estado, ficando a respectiva coordenação a cargo do Procurador indicado no inciso I abaixo:

- I – 1 (um) da Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral Dr. Wolker Volanin Bicalho
- II – 1 (um) da Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral Dr. Fábio Trabolad Gastaldo
- III - 1 (um) da Procuradoria Administrativa Dra. Suzana Soo Sun Lee
- IV – 2 (dois) da Consultoria Jurídica da São Paulo Previdência:

- Dra. Juliana de Oliveira Duarte Ferreira
- Dra. Luciana Monteiro Claudiano
- V – 01 (um) da Consultoria Jurídica da Secretaria de Planejamento e Gestão:

- Dr. Sílvio Romero Pinto Rodrigues Júnior
- VI – 2 (dois) da Procuradoria Judicial
- Dra. Priscilla Souza e Silva Menário Scofano
- Dr. Lucas Leite Alves

Artigo 3º - O Grupo de Trabalho reunir-se-á ordinariamente a cada 07 dias e extraordinariamente quando convocado pelo Procurador Geral do Estado ou pelo Coordenador, que deverá entregar o Relatório Final no prazo de 60 dias, a contar da data da publicação desta resolução.

Artigo 4º - A participação no Grupo de Trabalho criado nesta Resolução constitui serviço relevante para efeito de promoção.

Artigo 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Republicado por ter saído com incorreção)

Resolução PGE-20, de 26-10-2015

Altera a composição do grupo de trabalho instituído pela Resolução PGE 3, de 02-03-2015, e prorroga o prazo de apresentação de seu relatório de conclusão

O Procurador Geral do Estado, resolve:

Artigo 1º - Fica alterada a composição do grupo de trabalho constituído pela Resolução PGE 3, de 02-03-2015, passando a integrá-lo os Procuradores do Estado Carlos Eduardo Teixeira Braga, Fábio Augusto Daher Montes, Rafael Carvalho de Fássio e Renata Santiago Pugliese, em substituição aos Procuradores do Estado Alessandra Obara Soares da Silva, Flávia Della Coletta Depiné, Hélio Ozaki Barbosa e Sílvia Helena Nogueira Nascimento.

Parágrafo único – A coordenação do grupo de trabalho passará a ser exercida pelos Procuradores do Estado Carlos Eduardo Teixeira Braga e Fábio Augusto Daher Montes.

Artigo 2º - O prazo para apresentação do relatório de conclusão dos trabalhos fica prorrogado por 90 dias, a contar da data da publicação da presente resolução.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO DE ESTUDOS

Comunicado

A Procuradoria do Estado Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado COMUNICA que foram recebidas seis inscrições para o 19.º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública - Curitiba/2015, organizado pelo IBAP - Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, a realizar-se no período de 12 a

14-11-2015, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, localizada na Rua Imaculada Conceição, 1155 - Bairro Prado Velho, Curitiba/PR, de ficam deferidas as seguintes inscrições e registrada a desistência do Procurador Alexandre Ferrari Vidotti:

1. Artur Barbosa da Silveira
2. Clerio Rodrigues da Costa
3. Daniel Henrique Ferreira Tolentino
4. Talles Soares Monteiro
5. Thiago Oliveira de Matos

Extrato de Contrato

Processo GD0C 17040-430206/2015

Contrato PGE/CE 13/2015

Parecer CE 37/2015 de 29-6-2015 e GPG/Cons. 80/2015 de 3/7/2015

Contratante: Centro de Estudos da PGE

Contratada: Editora Revista dos Tribunais Ltda.

Objeto: Aquisição de assinatura dos periódicos jurídicos

Revista dos Tribunais online clássico e Aba de Direito Administrativo, no formato digital online para o Centro de Estudos.

Contratação por inexigibilidade de licitação nos termos do art. 26 da Lei Federal 8.666/93, com a redação dada pelo art. 17 da Lei Federal 11.107/2005.

Vigência: 26-10-2015 a 25-10-2016

Valor total: R\$ 65.000,00

Valor para o exercício de 2015: R\$ 65.000,00

Programa de Trabalho: 03.128.4004.5839.0000

Unidade Gestora: 400032

Subelemento Econômico: 339039-43

Fonte de recurso: 003001079

Assinatura: 26-10-2015

PROCURADORIAS REGIONAIS

PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS

Extrato de Contratos

Processo PGE 18761-1004152/2015

Ata de Registro de Preços N.07/2015 - PGE

Contrato 2015NE00325

Contratante: Procuradoria Regional de Santos

Contratada: POSITIVO INFORMATICA S/A - CNPJ 81.243.735/0001-48

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática (8 micro-computadores) para a Regional de Santos

Valor Total R\$ 34.416,00

Contrato 2015NE00326

Contratante: Procuradoria Regional de Santos

Contratada: MACROSOLUTIONS COM IMP SERV LTDA - CNPJ 05.003.219/0001-68

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática (3 scanners) para a Regional de Santos

Valor Total R\$ 7.770,00

Contrato 2015NE00327

Contratante: Procuradoria Regional de Santos

Contratada: REPREMIG REPRESENT E COM DE MINAS GERAIS - CNPJ 65.149.197/0001-70

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática (2 impressoras a laser) para a Regional de Santos

Valor Total R\$ 1.300,00

Total Geral - R\$ 43.486,00

PTRES: 400127- Elemento: 449052.20

UGE: 400111

PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA

Comunicado

De acordo com o Decreto 61476 de 03-09-2015, comunicamos os extratos de contratos abaixo:

Contratante: Procuradoria Regional de Sorocaba

Processo: GD0C 18790-498535/2015

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos elevadores EEL027651 E EEL050284

Contratada: Elevadores Atlas Schindler S/A - CNPJ: 00.028.986.0001-08

Modalidade de licitação: Inexigibilidade

Valor mensal R\$ 980,00

Valor total do contrato: R\$ 11.760,00

Natureza da despesa: 33903980

UG/Gestão: 400113

UGR: 400010

Prazo de vigência: 21-10-2015 a 21-10-2016, encerrando-se com 12 meses de contratação.

Número do Parecer Jurídico: PR/4 18/2015

Data do Parecer Jurídico: 17-08-2015

Ratificação: 04-09-2015 – publicada em 05-09-2015

Transportes Metropolitanos

GABINETE DO SECRETÁRIO

POSTO REGIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Despachos do Supervisor, de 27-10-2015

Infrações ao Decreto 19.835/82, alterado pelos Decretos 28.478/88 e 36.963/93, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 28

Operar serviço de transporte coletivo de Fretamento, sem estar registrado na STM

PR-RMSP/TCF/3067/15

GFRIGO TRANSPORTADORA DE CARGAS LTDA EPP

RF	AIIPM	DATA	VALOR
----	-------	------	-------

25490/15 0877402-A 26-10-2015 R\$ 130,31

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso III, Letra b

Entregar a condução do veículo a pessoa não habilitada

PR-RMSP/TCF/3068/15

ALBERTO TEIXEIRA DOS SANTOS NETO SUZANO ME

RF	AIIPM	DATA	VALOR
----	-------	------	-------

27491/15 0870766-A 16-10-2015 R\$ 104,24

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso I, Letra n

Utilizar veículo não registrado, vistoriado e aprovado por esta Secretaria

PR-RMSP/TCF/3069/15

VIAÇÃO SÃO CAMILO LTDA

RF	AIIPM	DATA	VALOR
----	-------	------	-------

26489/15 0862162-A 08-10-2015 R\$ 208,49 (REINCIDENTE)

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso V, Letra x

Operar serviço não autorizado de transporte coletivo regular na RMS

PR-RMSP/TCF/3070/15

JOAQUIM MOREIRA DA FONSECA ME

RF	AIIPM	DATA	VALOR
----	-------	------	-------

26379/15 0864006-A 09-10-2015 R\$ 104,24

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 57

Executar serviço de transporte coletivo regular não autorizado pela STM

PR-RMSP/TCF/3071/15

EDUARDO MORENO DO CARMO

RF	AIIPM	DATA	VALOR
----	-------	------	-------

26750/15 0864432-A 13-10-2015 R\$ 2606,11

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 57

Executar serviço de transporte coletivo regular não autorizado pela STM

PR-RMSP/TCF/3072/15

ANTONIO BORGES PEREIRA ME

RF	AIIPM	DATA	VALOR
----	-------	------	-------

27217/15 0866660-A 15-10-2015 R\$ 2606,11

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso V, Letra x

Operar serviço não autorizado de transporte coletivo regular na RMS

PR-RMSP/TCF/3073/15

ANTONIO ADILSON LIMA TRANSPORTES ME

RF	AIIPM	DATA	VALOR
----	-------	------	-------

27494/15 0872570-A 19-10-2015 R\$ 104,24

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 57

Executar serviço de transporte coletivo regular não autorizado pela STM

PR-RMSP/TCF/3074/15

ALVARO NORONHA DA SILVA

RF	AIIPM	DATA	VALOR
----	-------	------	-------

27079/15 0872581-A 19-10-2015 R\$ 2606,11

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso I, Letra m

Utilizar veículo cujas especificações tenham sido alteradas

PR-RMSP/TCF/3075/15

ALONSO MUNIZ DE SOUZA TRANSPORTES ME

RF	AIIPM	DATA	VALOR
----	-------	------	-------

27493/15 0872600-A 20-10-2015 R\$ 104,24

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso I, Letra n

Utilizar veículo não registrado, vistoriado e aprovado por esta Secretaria

PR-RMSP/TCF/3076/15

EMPRESA URBANA SANTO ANDRÉ LTDA

RF	AIIPM	DATA	VALOR
----	-------	------	-------

27492/15 0872611-A 20-10-2015 R\$ 208,49 (REINCIDENTE)

Infrações ao Decreto 19.835/82, alterado pelos Decretos 28.478/88 e 36.963/93, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 26, Inciso VII

VEÍCULO PERTENCENTE A EMPRESA REGISTRADA NÃO CADASTRADO OU COM VISTORIA VENCIDA

PR-RMSP/TCF/3077/15

OPINIAO TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO LTDA ME

RF	AIIPM	DATA	VALOR
----	-------	------	-------

26237/15 0862174-A 08-10-2015 R\$ 260,61 (REINCIDENTE)

Infrações ao Decreto 19.835/82, alterado pelos Decretos 28.478/88 e 36.963/93, complementados pelos Decretos 41.65